

Notas e informações**Mouros na costa**

Os aparelhos que medem os sismos políticos começaram a dar sinais de que está em processo a acomodação de camadas profundas. Não seria apenas pelo prazer de proferir frases de efeito que o senador Marco Maciel insiste em dizer que o Poder Civil deve demonstrar ser capaz de governar o País. Da mesma maneira, sabendo que são conhecidas suas ligações de amizade com o presidente José Sarney e com o ministro do Exército, general Leônidas Pires Gonçalves, o senador José Richa não avançaria a estranha proposta de suspender os trabalhos da Constituinte se também ele não tivesse sentido os primeiros sintomas de tremor. Não bastassem essas duas manifestações, a elas há de somar-se a do líder do PMDB na Câmara dos Deputados, deputado Luiz Henrique, que está telefonando a governadores de Estado para recomendar-lhes calma nas críticas que fazem ao poder central, especialmente ao presidente. O fundamento da prudente atitude — afinal, "cautela e caldo de galinha não fazem mal a ninguém" — é que a "transição está por um fio". O entreato se encerra, sem dúvida, com a reunião que o ministro da Aeronáutica julgou necessário realizar com oficiais superiores, na base aérea do Rio de Janeiro, durante a qual não hesitou em dizer, sem nomear pessoas à direita ou à esquerda, que há grupos interessados em desestabilizar o governo.

Nas profundezas geológicas deve encontrar-se, com certeza, o "monstro" produzido pelo relator Bernardo Cabral, segundo s. exa. ao amparo do Regimento da Constituinte, que só lhe permitia, nesta fase dos trabalhos, compilar o que se aprovava, escolmando o anteprojeto de repetições e contradições. Os computadores com certeza teriam feito esse trabalho com maior rapidez e teriam evitado dissabores ao relator, cujo sistema circulatório, já anteontem, deu sinais de se ressentir da estafa. Não são os problemas referentes à propriedade privada ou à liberdade de empreender que preocupam os seres que habitam as cavernas subterrâneas da política; basicamente, são a questão do mandato presidencial (que parecia estar resolvida em favor

dos cinco anos), o parlamentarismo tupiniquim, que se aprovou para impedir que o País seja governável, e a anistia aos militares. Sem dúvida, as ações desencadeadas no Rio de Janeiro fizeram balançar um pouco os ponteiros dos sismógrafos; eles já se haviam deslocado, no entanto, muito antes da agressão ao presidente. Não dissera o ministro da Marinha, em meados de junho, que o mar estava grosso?

O que confere aspecto sombrio a esse quadro é a circunstância de que o senador José Richa sabe que de nada adianta suspender os trabalhos da Assembléia Nacional Constituinte para permitir que as lideranças partidárias se entendam em torno de medidas que impeçam a crise final. Se a governabilidade de uma nação dependesse de conversar, o espaço político da Assembléia seria o mais adequado, pois ali os líderes dos diferentes partidos poderiam verificar que o anteprojeto do deputado Cabral, reunindo tudo aquilo que foi aprovado nas Comissões Temáticas, apenas serviria para paralisar a administração pública, do Oiapoque ao Chuí. Isso registrado, os líderes poderiam chegar a acordo sobre como proceder para que num regime socialista, capitalista, fascista, corporativista, o que fosse, o País encontrasse caminhos bem calçados para sair do impasse. O senador José Richa sabe que isso é impossível — irrealizável porque, na Assembléia Nacional Constituinte ou no Congresso Nacional, o entendimento já se faz difícil. Uma coisa o eminente senador disse de verdadeiro: o governo está perdendo o controle sobre a situação.

Aliás, cabe perguntar: está perdendo, perdeu ou faz por que a situação fuja ao controle? A ninguém terá passado despercebido que no dia seguinte à divulgação da sugestão do ex-governador do Paraná, o porta-voz do Planalto afirmou que o presidente da República via com bons olhos a idéia. Ora, depois do golpe de Estado de 18 de maio, quando o chefe do Executivo afrontou a Assembléia Nacional Constituinte, fixando a duração de seu mandato em cinco anos, não poderia s. exa. concordar com qualquer sugestão ou proposta no

sentido de a Assembléia suspender seus trabalhos para que os partidos se entendam sobre o presidencialismo ou parlamentarismo, anistia aos militares ou não. Aceitar a sugestão do senador José Richa é acrescentar golpe sobre golpe — ou está o presidente Sarney imaginando que, como em 1823, os opositores, trajando fraque a cartola, saudarão com ironia o canhão postado à porta da Assembléia por ordem de D. Pedro I?

Há fortes razões para não se saber se o governo perdeu o controle da situação ou faz para que ela fuja ao controle. Na manhã de anteontem, quando Brasília fervilhava na discussão das declarações do senador José Richa, o presidente Sarney dizia aos cientistas políticos da USP e aos reitores das três universidades estaduais de São Paulo que o culpado de tudo é o PMDB, que não aceitou negociar um pacto político com os demais partidos. Essa atitude é tão contrária aos hábitos discretos do sr. José Sarney, que até o procônsul preferiu ler os jornais antes de se abalancar a dizer qualquer coisa a respeito. Não que o presidente não tenha razão no que é substantivo: ainda anteontem, o chamado grupo dos economistas do PMDB retirava sua solidariedade ao ministro Bresser Pereira, seguindo trilhas abertas por quem de maior peso, que havia antes afirmado que o ministro da Fazenda era do PMDB, mas o Plano Bresser, não.

Ora, a postura de parte do PMDB, que se recusa a aceitar as responsabilidades do poder, especialmente o ônus decorrente da recuperação da economia desorganizada no setor interno e na frente externa pelos "economistas" da Unicamp, é fator componente da crise que se avoluma, denunciada por todos os que nomeamos neste comentário. Ora, a crise não será seguramente resolvida, se o serviço de divulgação da Assembléia Nacional Constituinte — criado para transmitir os trabalhos da representação popular — continuar levando ao ar coisas como a sugestão do senador José Richa e a reação irada dos membros do PC e do PC do B com assento na Casa.